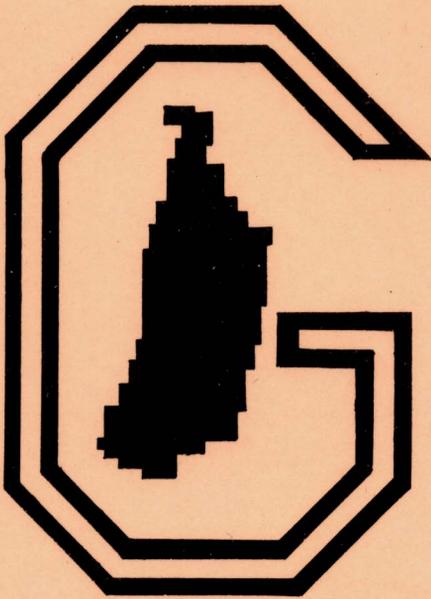


ISSN 0101-708X



UFG – IQG

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA

PUBLICAÇÃO ANUAL – VOL. 7/8 N. 1/2 – JANEIRO/DEZEMBRO 1987/1988

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Um exemplo da interdependência entre Filosofia, Ciência Geográfica e Sociedade*

Orlando Francisco da Rocha Almeida**

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende mostrar, através do exemplo da Questão Agrária, algumas evidências da interdependência entre Filosofia, Ciência Geográfica e Sociedade.

Inicialmente procura-se mostrar esta interdependência, analisando-a nos seus aspectos teóricos mais gerais, buscando evidenciar como a sociedade capitalista e a filosofia, dita burguesa ou ocidental, estão indissolivelmente interligadas no presente, como resultado e consequência dialética de outras formas de interdependência no passado. Procura-se também mostrar que a aparência multifacetada, o chamado pluralismo, da filosofia burguesa atual esconde uma essência única, subjacente a todas as suas formas variadas e por vezes contraditórias e que esse substrato ou núcleo comum é o individualismo idealista e subjetivista. Pretende-se evidenciar ainda que é, justamente, esse individualismo que dá à sociedade capitalista a sua unidade ideológica profunda e como essa ideologia, embora mimetizada e não percebida pela maioria dos indivíduos, está na base de todas as estruturas sociais burguesas e mesmo na consciência da maioria dos cidadãos desta sociedade.

Em seguida, como forma de ressaltar melhor esta profunda interdependência entre Filosofia, Ideologia e Sociedade, examinam-se - na linha de Varsavsky - alguns possíveis "estilos" de sociedade e a ideologia embutida em cada um desses estilos.

Por último, analisam-se - na esteira de Graziano Neto - alguns aspectos mais significativos da Questão Agrária no

* Este trabalho foi desenvolvido sobre tema proposto pelo Prof. Horieste Gomes, na 1ª Etapa do Curso "Planejamento em Geografia", promovido pelo Depto. de Geografia da UFG, em 1985.

** Professor do Depto. de Geologia - IQG - UFG.

Brasil, com referência sobretudo ao período após 1970. Por meio deste exemplo, busca-se mostrar concretamente a interdependência entre filosofia/ideologia, ciência geográfica e sociedade, ao se desvendarem nas relações sociais de produção, criadas pela expansão do capitalismo no campo, as várias formas ou "máscaras" com que a ideologia se faz presente no processo.

FILOSOFIA, CIÊNCIA E SOCIEDADE

O homem contemporâneo vive numa sociedade marcada pela confusão e pela insegurança, num mundo cheio de contradições, divisões e conflitos. A Humanidade debate-se naquela que talvez seja a sua maior crise nos tempos históricos. Esta crise se caracteriza pela emergência de fenômenos materiais e sociais jamais vividos pela humanidade, entre os quais cumpre destacar: a rapidez do progresso da ciência e da tecnologia, conferindo ao homem um poder cada vez maior sobre a natureza; a explosão demográfica e a consciência de seus efeitos; a presença cada vez mais ativa dos países do Terceiro Mundo, recentemente libertados do colonialismo; a extensão e rapidez dos transportes e telecomunicações, transformando o Mundo numa "aldeia global"; a promoção das classes trabalhadoras que ocupam um espaço crescente no plano político, econômico e social. A par destes fenômenos que estão a exigir mudanças estruturais e qualitativas da sociedade, observa-se nesta uma confusão extrema acerca dos próprios valores e concepções em que se apoia todo o sistema atual. A causa mais profunda desta imensa "Babel", em que se transformou a sociedade moderna, parece ter suas origens no individualismo grosseiro, frenético e compulsivo que domina a mente e o coração do homem contemporâneo.

O homem, entendido como indivíduo singular, é colocado como fundamento e juiz absoluto da verdade e da mentira, do bem e do mal, do ser e do não-ser. "O homem é a medida de todas as coisas". Esta famosa sentença de Protágoras, tomada no seu sentido mais limitado e mesquinho e colocada como base do conhecimento e do comportamento humanos, só pode resultar no subjetivismo, na competição e na luta ilimitada entre os seres humanos. Pois, como já dizia Platão, se este princípio é verdadeiro, então "tal qual me aparece cada coisa, assim ela é para mim; tal qual te aparece, assim é para ti". Tudo então pode ser

verdade ou não-verdade (aparência) ou, como diziam os sofistas gregos, pode-se provar ou refutar o que quer que seja, de acordo com o modo de ver ou a conveniência de cada indivíduo. Das consequências morais e sociais de tal premissa, já dizia Sócrates: se não se pode conhecer a verdade ou o bem, então não há nada justo ou injusto, bom ou mau; tudo se reduz ao útil, ao oportuno, ao interesse.

As consequências mais deletérias deste pensamento, retomado e difundido com todo o vigor pela maioria dos filósofos dos séc. XVII e XVIII, aparecem nos tempos modernos, quando seu tremendo potencial corrosivo ameaça decompor totalmente a sociedade humana. Embora camuflado sob formas complexas e aparentemente aceitáveis, o primado absoluto do indivíduo parece estar na própria essência do capitalismo que, em sua forma mais exacerbada (e cínica!) - o denominado "capitalismo selvagem" - não reconhece nenhum outro parâmetro, de ordem econômica, social ou ética, a não ser pura e simplesmente o lucro.

Deve-se ressaltar que a valorização do homem como indivíduo não é, em si, incorreta mas implica, paradoxalmente, a valorização da sociedade na sua totalidade. Em primeiro lugar, porque o homem é, por sua essência, um ser social e não simplesmente um indivíduo. Ou seja, fora da sociedade, o indivíduo humano não é um homem completo. Em segundo lugar, porque valorizar o indivíduo sem valorizar a sociedade (ou, pior, contra a sociedade) é uma atitude irracional, ilógica, absurda, não apenas no plano teórico, mas também no prático. No plano teórico, valorizar o indivíduo significa valorizar todos os indivíduos. No plano prático a igualdade básica do ser implica uma distribuição equitativa do ter. Caso contrário, o ter de uns significará o não-ter dos outros, ou, como dizia Marx, a apropriação por parte de alguns (daquilo que é de todos) resultará da expropriação dos outros.

Verifica-se assim que entre o indivíduo e a sociedade existe uma unidade dialética, uma conexão interdependente. Promover o homem é sempre promover um ser intrinsecamente social, um ser que se aperfeiçoa e se torna mais autoconsciente na medida em que se integra na sociedade.

Nos últimos tempos tem se aprofundado vertiginosamente a contradição insuperável entre a natureza intrinsecamente social do homem e a realidade de uma sociedade estruturalmente individualista, hedonista, anti-social e desumana. Muitos autores que se têm dedicado à análise desta sociedade acreditam ter

evidências mais que suficientes para afirmar que o mundo contemporâneo se acha numa situação-limite, uma situação de ruptura que pode prenunciar a catástrofe final, o "apocalipse", ou então a reviravolta total, a mudança radical do homem e da sociedade. Alguns autores, sobretudo da linha marxista, vêem o futuro com um certo otimismo. Para eles, o momento atual representa uma etapa ou estágio necessário de um processo histórico, dialético e contínuo, cujo resultado global é positivo, ou seja, a humanidade ao passar de um estágio para outro (de um tipo de sociedade para outro) vai evoluindo qualitativamente, aperfeiçoando-se cada vez mais. Cada estágio está sempre direta e dialeticamente ligado ao estágio anterior (como efeito) e ao posterior (como causa). Para estes autores, portanto, o momento atual, apesar das aparências pouco animadoras, é um período de gestação de um novo homem e de uma nova sociedade, mais justa e mais humana.

Para outros estudiosos, o mundo atual está à beira de uma catástrofe econômica, social e política, a menos que se tomem medidas drásticas e radicais para reorientar os rumos da sociedade e o comportamento do homem. Entre as análises deste tipo, mereceram destaque dois relatórios, publicados na década passada e que tiveram o aval do Clube de Roma. Segundo esses relatórios, o futuro do Mundo depende de mudanças econômicas profundas, mudanças essas que só serão possíveis se houver uma transformação radical nos valores e atitudes do homem, incluindo uma nova ética e uma nova mentalidade em relação à natureza. Tais conclusões, alicerçadas num amplo diagnóstico mundial, são extremamente significativas, sobretudo porque contradizem as próprias premissas (consumistas) em que se basearam.

O aprofundamento da análise estrutural da sociedade ocidental está além das possibilidades e dos objetivos deste trabalho. No entanto, como tentativa de tratar o tema proposto sob uma perspectiva de totalidade, torna-se necessário desenvolver um pouco mais a análise de alguns aspectos da estrutura e superestrutura da sociedade, evidenciando o mais possível a sua interdependência.

Para isso, parece conveniente colocar inicialmente os conceitos básicos de Filosofia, Ciência e Ideologia, com base em definições e explanações de vários autores, marxistas ou não, para depois analisar as suas conexões interdependentes e finalmente evidenciar algumas contradições da filosofia moder-

na "ocidental" que nega essa interdependência. A partir desta análise, espera-se que fique bem transparente e explícita a profunda influência exercida pela ideologia na ciência praticada na sociedade capitalista, ciência esta que se diz neutra e universal.

Durante séculos, a filosofia e a ciência conviveram lado a lado, sem diferenças ou conflitos dignos de nota. Os primeiros filósofos gregos foram também os maiores cientistas do seu tempo. Situações semelhantes se repetiram na cultura árabe e na idade média européia. Ciência e Filosofia eram indissociáveis. Mesmo mais tarde, quando a ciência começou a desenvolver métodos próprios e campos específicos de investigação, a filosofia manteve seu status de ciência por excelência, a "ciência das ciências". A ruptura entre a filosofia e a ciência só ocorreu no século XVIII com o surgimento do Iluminismo (por sinal, ele mesmo muito mais uma filosofia do que uma ciência empírica). Rejeitada pela ciência experimental, a filosofia viu-se relegada ao mesmo plano das superstições, dos mitos e de outras formas de cultura que constituem conteúdos da consciência subjetiva. O que os novos donos da verdade não perceberam (e ainda não percebem hoje) é que a sua atitude é também uma posição filosófica!

No mundo contemporâneo, a filosofia está reconquistando espaços e recuperando parte da sua influência no contexto social. Na sociedade burguesa, apesar do reconhecimento de sua importância por numerosos cientistas físicos e sociais, ela ainda não foi aceita como ciência e muito menos logrou retomar seu lugar no topo da hierarquia do pensamento. Apenas no mundo socialista, onde sempre teve uma importância toda especial, a filosofia ocupa o vértice de todo o sistema ideológico, cabendo-lhe integrar todos os outros elementos constituintes do sistema.

O que se entende por Filosofia? Apesar das grandes diferenças de conteúdo entre os vários sistemas filosóficos, as definições dadas por eles são, no essencial, idênticas. Alguns a definem como reflexão crítica sobre os fundamentos da realidade e de seu conhecimento. Outros como conjunto de princípios que se propõem a explicar, de maneira unificada, a natureza de todas as coisas e a conduta humana em relação a elas. Fedoseev, representante do pensamento filosófico soviético contemporâneo, define a filosofia como uma concepção geral, univer-

sal, do mundo, do seu passado e do seu futuro. E Piaget diz que ela tem por objeto a totalidade do real, tanto da realidade exterior como do espírito, e das relações entre ambos.

O conceito de ciência, por outro lado, é quase consensual. Em termos gerais, a ciência tem sido definida como um sistema de conhecimentos objetivos resultantes da experiência e por ela confirmados. Ou como um conjunto de regras e concepções, baseadas na experiência e dela derivadas por inferência lógica.

Num plano intermediário entre a ciência e a filosofia situa-se a ideologia. Pela sua riqueza analítica, merece referência a conceituação de K. Mannheim, segundo o qual a ideologia é um conjunto coerente de idéias, não deduzidas de uma doutrina, mas induzidas de um processo histórico concreto. Tal conjunto de idéias pode atuar sobre o próprio processo histórico que o originou, tanto para garantir sua permanência como para modificar seus rumos. Sendo o processo histórico extremamente complexo e até contraditório, a ideologia constitui sempre uma posição parcial no contexto desse processo, selecionando apenas aqueles aspectos que podem reforçar sua atuação no sentido desejado.

Já segundo Fedoseev, a ideologia dá uma visão global, pois constitui "um sistema de idéias generalizadas sobre o mundo tomado no seu todo, sobre os processos naturais e sociais que nele se desenrolam, sobre a relação entre o homem e a realidade ambiente." É a ideologia, como sistema de "valores e conceitos originais que influem no comportamento e no modo de vida das classes, dos grupos sociais e dos indivíduos", que, transformando em convicções estas idéias e representações do mundo, permite aos homens a "tomada de posições perante todos os fenômenos e acontecimentos que têm importância vital."

Merecem referência alguns pontos da concepção marxista da ideologia. Marx vê a ideologia burguesa como uma construção mental desligada da realidade, um pensamento inconsciente. Na sua essência, a ideologia seria a expressão de fatos sociais (sobretudo econômicos), mas esta natureza não seria percebida pelos que constroem a ideologia. "A ideologia - resume Engels - é um processo que o pretensu pensador realiza com consciência, mas com uma falsa consciência." Assim, na concepção marxista, a ideologia é interpretada como um esforço do pensamento para legitimar, através de motivos aparentemente racionais, atitudes favoráveis a um partido ou classe. O liberalis-

mo seria, por exemplo, uma criação ideológica. Apresentando-se como imparcial, criador de um direito justo e universalmente válido, seria na realidade apenas um instrumento dos interesses de classe.

As ideologias, no pensamento de Marx, são portanto superestruturas ligadas a um determinado tipo de sociedade, com a função de encobrir sua verdadeira natureza e assim aumentar a sua permanência.

A interdependência entre a ciência, a filosofia e a ideologia (no seu sentido positivo) parece evidente. Como se conclui das próprias definições de cada uma, o campo e o objeto de investigação tendem a ser os mesmos para as três, mas os métodos e os níveis de observação, evidentemente, diferem. Partindo-se da realidade, física e social, a ciência, a ideologia e a filosofia representam níveis de generalização diferentes, mas compatíveis e coerentes. Vai-se da ciência à filosofia indutivamente e retorna-se da filosofia à ciência dedutivamente.

Poder-se-ia comparar os três níveis do pensamento a uma sucessão de observações da superfície da Terra, desde a observação ao nível do solo, passando-se à fotografia aérea e depois à foto de satélite. À medida que o ponto de observação se distancia da superfície, perde-se em nitidez e detalhes, mas ganha-se em abrangência e visão de conjunto. Combinando-se as três observações, obtêm-se simultaneamente um conhecimento global e uma visão analítica, com grande riqueza de detalhes. Este conhecimento integrado é certamente melhor do que qualquer dos três em separado. De fato, o conhecimento obtido na observação direta ao nível do solo, embora muito rico analiticamente, poderia facilmente conduzir a erros e equívocos ao se tentar uma síntese ou visão de conjunto. Por outro, dispondo-se apenas de fotos de satélite, seria extremamente difícil identificar corretamente a natureza e as características de muitos objetos e sistemas contidos no campo de observação.

Tal como os detalhes percebidos a nível de solo servem para interpretar e enriquecer os quadros mais sintéticos fornecidos por fotos aéreas ou de satélite, também a ciência serve para enriquecer a visão geral do mundo e do homem, fornecida pela ideologia e/ou filosofia. Vice-versa, assim como as fotos aéreas e de satélite mostram as relações corretas entre objetos e fatos observados, aparentemente desordenados quando vistos ao nível do chão, assim também a filosofia (e subordina

damente a ideologia) organiza, situa e hierarquiza os fatos, idéias e observações coletados pela ciência, integrando-os e harmonizando-os num sistema racional que reproduz, com mais aproximação e coerência, a unidade real da totalidade do mundo.

Apesar de toda esta evidência, no pensamento ocidental, persiste a dicotomia entre a ciência e a filosofia. Por isso a filosofia perdeu seu apoio na realidade objetiva e fracionou-se numa série de sistemas e concepções, frequentemente incompatíveis e antagônicos, que vão do mais extremado agnosticismo até ao irracionalismo, passando pelo neo-positivismo e pelo relativismo. A falta de um núcleo objetivo comum torna o pensamento filosófico ocidental extremamente diversificado e pluralista, significando na prática a total impossibilidade de uma discussão serena e produtiva.

Ao separar-se da ciência, a filosofia transformou-se num exercício puramente subjetivo da racionalidade, produzindo abstrações ou construtos mentais totalmente alienados da realidade. Não restou qualquer vínculo ou "ponte" entre a filosofia e a ciência. Separada da realidade concreta, a filosofia ocidental contemporânea "optou" por uma reflexão voltada quase exclusivamente para "dentro" do indivíduo, para o que ela tem de mais subjetivo e "incomunicável". A filosofia tornou-se assim um uso do racional sobre o "irracional", um jogo estéril, inadequado à compreensão do mundo exterior, incapaz de fornecer os fundamentos sobre os quais o homem possa basear suas atitudes e comportamentos frente aos fatos da sua existência concreta.

Surge assim a temática do "absurdo", tão recorrente no pensamento filosófico contemporâneo, quando o homem se vê "aí", jogado num mundo ininteligível e obscuro, um mundo sem sentido e sem objetivos. Mergulhado na "escuridão", sem qualquer referencial para se conduzir, condenado a "existir" livre, sem projetos, sem finalidades, ao homem só resta "optar", escolher aleatoriamente, com base apenas na sua subjetividade. Não tem justificativas racionais para compreender sua existência ou para fundamentar seu comportamento. Assim cada ser humano vai se construindo (ou destruindo?!) por "opções" livres, a cada momento, numa série de atos que não conduzem a nada.

CIÊNCIA, IDEOLOGIA E SOCIEDADE

Um dos axiomas básicos do pensamento burguês parece ser o da neutralidade e validade universal da ciência. Mas a ciência é realmente neutra? Considerando-se a ciência abstratamente, isto é, separada das condições concretas em que é produzida, talvez se possa concordar com essa afirmação. No entanto, concretamente, a ciência é produzida por homens, pertencentes a uma determinada sociedade e classe e, portanto, a atividade científica por eles desenvolvida (assim como qualquer outra atividade) tem caráter ideológico. De fato, sempre que existem várias maneiras de desenvolver uma atividade, a maneira escolhida o é por razões ideológicas.

A ciência, no mundo de hoje, é de alguma forma uma ciência ideológica. Para cada tipo de sociedade há um estilo próprio de ciência, que difere de outros possíveis estilos pelo seu conteúdo, pelas suas prioridades, pelos métodos de pesquisa, pelos critérios de verdade e pelas características sociológicas do próprio grupo de pesquisadores.

Assim, se uma sociedade ou país decide copiar um modelo de desenvolvimento adotado em outra sociedade ou país, estará introduzindo em seu meio, de contrabando, também o essencial do estilo de vida e portanto da ideologia da sociedade de origem. Por isso, recusar a cultura "universal", que nos é proposta por países que sempre nos exploraram, não pode ser considerado uma atitude provinciana ou isolacionista, mas pelo contrário uma reação sadia de defesa e independência da nossa própria cultura. Deve o nosso país manter-se em contato com a ciência mundial, mas esse contato não deve representar um "cordão umbilical"...

Se se quer uma sociedade qualitativamente diferente da atual (e diferenciada da de outras nações), a primeira coisa a fazer é adotar uma ideologia corrente com o projeto que se propõe executar. Pensar que uma sociedade muda quando adquire **mais** conhecimentos ou **mais** técnicas pode ser um grande equívoco; uma sociedade só muda quando desenvolve conhecimentos **novos** ou formas **novas** de utilizar conhecimentos. Em suma, os objetivos, os valores, os conhecimentos, as técnicas têm de ser qualitativamente diferentes das anteriores.

Reduzir a mudança (qualitativa) a simples acréscimos (quantitativos) seria o mesmo que querer construir um edifício novo e diferente pelo simples acréscimo de mais tijolos ou mais cimento. Para que surja um edifício diferente é necessário dar uma nova forma a esses materiais, criar um novo estilo. "Mutatis mutandis", é este o papel da ideologia na construção de uma nova sociedade.

Nos últimos 30 ou 40 anos, a ciência e a tecnologia têm mostrado grande crescimento, mas pequeno desenvolvimento. O entusiasmo que alguns espíritos menos avisados manifestam, ao proclamar a "revolução científica e tecnológica", não parece ter muito fundamento. A bem da verdade, apesar da sua extensão quantitativa, a ciência contemporânea pouco tem produzido de novo. No campo propriamente científico não surgiu, nos últimos anos, nenhum fato ou teoria cujo alcance pareça realmente profundo, "revolucionário". A característica mais notável da ciência atual parece ser muito mais a massificação do que a inovação. Talvez apenas nas aplicações tecnológicas que tendem claramente para a produção automatizada, se possa ver algo de realmente revolucionário.

Muitos acham incorreto ou inadequado afirmar-se, como se tem feito neste trabalho, que a ciência é ideológica. Afirmam certos autores que a ciência é universal, segue um caminho próprio e tem estímulos que provêm de suas próprias necessidades. Esta posição seria aceitável, se a ciência existisse por si mesma, isolada do social e do econômico. Ora isto, na realidade, não ocorre. Nem todos os cientistas investigam exatamente os mesmos fatos, colocam as mesmas causas, buscam os mesmos efeitos. As pesquisas têm de fato orientações diversas e a ciência pode ter aplicações diferentes (técnicas). A partir das mesmas bases científicas surgem frequentemente interpretações gerais não coincidentes e projeções diferentes.

Só é possível chegar a conclusões ou resultados diferentes, (partindo-se da mesma base ou ponto de partida), quando houve mediações diferentes. Tais mediações são, no caso, feitas pelas ideologias. Elas desempenham assim uma função de "óculos coloridos": a cada ideologia corresponde um modo diferente de ver as coisas. Isto, é claro, é apenas uma analogia. Não se deve portanto pensar que a ideologia, tal como os óculos coloridos, muda apenas os aspectos secundários ou acidentais da visão das coisas. A ideologia, na verdade, produz "visões" quali

tativamente diferentes, não apenas da aparência mas da própria essência das coisas.

A ideologia implica uma visão diferenciada e global da realidade, em todos os setores e aspectos. Sob este ponto de vista, merecem referência algumas colocações feitas por Oscar Varsavsky, físico e cientista social argentino de renome internacional, que mostram com bastante clareza a abrangência da ideologia. Ao falar sobre as alternativas de base ideológica que um país subdesenvolvido, como a Argentina, pode propor-se, Varsavsky define três possíveis estilos de sociedade, estabelecendo suas respectivas características ideológicas.

O primeiro estilo, denominado neocolonial, apresenta como característica principal um consumo "opulento" (semelhante ao do país-líder, os EUA) para uma minoria, deixando à grande maioria apenas o suficiente para evitar conflitos mais sérios. A dependência cultural (mal percebida) é absoluta e a dependência econômica (importação de capitais, sobretudo) muito forte. O mercado local integra mercados maiores controlados pelas multinacionais. Entre as classes sociais, verifica-se a supremacia das oligarquias exportadoras e dos "executivos" das grandes empresas. Estimula-se ao máximo o individualismo, mas reduz-se ao mínimo a participação efetiva dos cidadãos nas decisões políticas. A educação superior destina-se às elites e serve apenas para "adquirir cultura". O leit-motiv é receber a aprovação do país-líder e mostrar que a nação é "civilizada".

Trata-se de um processo de modernização reflexa, lenta, dependente e passiva.

O neocolonialismo, como sociedade de consumo, exige grande diversidade de bens (modelos novos, embalagens suntuárias...) e atribui grande importância às vendas (criação de necessidades, publicidade, etc). A maior parte dos bens é geralmente importada, mas eventualmente também pode ser produzida no país. Isso exige economia de escala, para que os preços sejam competitivos, conduzindo assim à grande empresa, com grande capital fixo (tal como a empresa americana típica).

Exemplo típico de serviços, neste estilo de sociedade, são os "serviços" de saúde. O exercício da medicina é visto como uma atividade essencialmente assistencial (atendimento a indivíduos-clientes, técnicas curativas, etc). Pouca atenção é dada ao sanitarismo e à prevenção de doenças; estas são vistas como orientações politicamente perigosas da prática médi-

ca, pois implicam em soluções para os problemas de moradia, alimentação, ambiente, etc. É muito mais lucrativo dedicar-se aos ramos mais sofisticados da medicina (cirurgia plástica, psicanálise, etc) que de destinam só aos que podem pagar.

Uma das características mais gerais e marcantes deste estilo ideológico é a "coisificação": para todos os problemas e necessidades, as soluções previstas não dependem das pessoas, mas de "coisas": objetos, aparelhos, técnicas... Para a educação, por exemplo, circuitos de TV, testes de múltipla escolha, computadores... Para a saúde, marcapassos, pílulas, corações artificiais, aparelhos capazes de substituir qualquer função vital... Para a guerra, armas e equipamentos cada vez mais mortíferos... Para a miséria, anticoncepcionais, diús, etc... Para a agricultura, máquinas, adubos, agrotóxicos... Não se cogita, por exemplo, em aumentar a produtividade agrícola organizando socialmente os camponeses ou mudando a propriedade rural. Não pouco se pensa, neste caso, nos efeitos negativos das técnicas de adubação e do uso dos produtos químicos (erosão, contaminação ambiental, intoxicação de pessoas...).

O **segundo estilo**, denominado desenvolvimentista, também prevê um consumo opulento (tipo EUA) para um setor mais amplo da população, mas não para todos. A dependência cultural também é total, ao passo que a dependência econômica só diminui de forma lenta (nacionalizando aos poucos o controle das empresas estrangeiras). Adota-se uma política de integração regional para ampliar mercados. O capitalismo de Estado atinge grau significativo e observa-se um crescimento do empresariado industrial nacional, deslocando a oligarquia exportadora. A competição é estimulada e adota-se uma democracia formal. Educar, neste estilo, é "formar recursos humanos". O leit-motiv é "produzir", sendo o êxito ou o fracasso do sistema avaliado pelo produto atingido.

É uma modernização reflexa, mas ativa e relativamente rápida.

A desenvolvimentista também é uma sociedade de consumo, imitadora na opulência do "Norte". Diferencia-se do neocolonialismo (nas intecões) porque quer "crescer" mais depressa, ampliar os mercados e livrar-se das empresas estrangeiras. Precisa de um empresariado nacional ativo e eficiente e de um capital inicial vultoso para desencadear o "processo" (preferen-

cialmente financiado por poupança interna). O sucesso desta estratégia depende de mudanças nas atitudes dos empresários, cuja tradição burocrática e comercial os inclina mais para a especulação do que para a produção (qualquer brecha legal é usada para a acumulação financeira, mesmo fora do país). Há toda uma série de distorções e desvios a ser corrigidos e controlados (evasão fiscal, superfaturamento, propinas, usura, suborno, contrabando...).

Como nem todos os artigos podem ser produzidos, é preciso importá-los o que, em termos de balança comercial, implica também aumentar as exportações. Isso, por outro lado, significa enfrentar um mercado internacional muito competitivo, para o que é preciso instalar um parque industrial integrado e diversificado, indo desde a indústria básica e pesada até aos equipamentos mais modernos e automatizados. Esta exigência, por sua vez, contradiz a estratégia de independência econômica, preconizada por este estilo, uma vez que não há recursos internos suficientes para tanto. O processo implica também a modernização da agricultura, aumentando a marginalização dos camponeses tradicionais. Poderá ser promovido algum tipo de co-gestão e cooperativismo, mas isso não afetará significativamente o sistema atual, competitivo e mercantil.

O **terceiro estilo**, dito socialista, caracteriza-se por promover uma sociedade solidária ao invés de competitiva, com grande participação popular em todas as decisões e, portanto, igualitária na distribuição de bens. O consumo "opulento" não é estimulado. Não há "país-líder" ou modelo. A cultura nacional é preservada e desenvolvida (não apenas o folclore). Busca-se a independência econômica e tecnológica. A economia é planejada e socializada.

O leit-motiv é a formação do homem novo, solidário, participante e criativo. A educação desempenha aqui o seu verdadeiro papel.

Não se trata de um processo de modernização, mas de "aceleração evolutiva", como diz Darcy Ribeiro.

No socialismo, a produção é planejada, com metas de consumo abundante, mas não opulento ou suntuário. A produção não pretende competir com a dos países industrializados (pode contentar-se com níveis parecidos com os desses países, há 20 ou 30 anos atrás). Os preços internos são separados dos externos, graças ao controle do comércio exterior pelo Estado. Is

to torna desnecessário o critério da competitividade no mercado externo. A eliminação do liberalismo econômico modifica também os critérios de produtividade e eficiência. A desalienação do trabalho passa a ser um objetivo simultâneo ao da produção. As empresas, agora não competidoras, podem utilizar-se de serviços comuns, obtendo desta forma economias de escala de outro tipo. O apoio institucional tem que ser diferente e refinado, indo da manutenção e compras até à educação política do pessoal. A maior racionalidade do consumo permite padronizar muito os bens de capital e intermediários, facilitando sua produção local em grau bem maior. Em resumo, um grande aumento na capacidade de produção pode ser obtido, pelo menos no início, a partir de uma indústria tão diferente da atual como esta é do artesanato medieval.

Os serviços sociais terão também outro conteúdo, como a educação e reeducação para evitar motivações materiais e estimular a solidariedade e a participação efetiva e criativa em todo o tipo de decisão. Provavelmente mais da metade dos recursos serão dedicados a essas atividades de tipo organizativo, começando pela planificação e coordenação.

Como se vê pelas descrições básicas dos estilos de sociedade feitas por Varsavsky, em cada um deles o papel central de formulação e ordenação cabe à ideologia. É ela que define os objetivos e as estratégias e determina a natureza e a essência de cada estilo de sociedade.

Percebe-se também que o papel da ideologia no sistema capitalista, embora sendo basicamente o mesmo que no socialista, se apresenta de forma diferente. Na sociedade capitalista, a ideologia não se mostra diretamente, mas fica implícita e camuflada, tal qual Marx a analisou no texto já citado. Na sociedade capitalista, a ideologia não é percebida conscientemente pelas pessoas, a não ser por uma minoria que a manipula e por outra minoria "crítica" que a combate. A maioria, a(s) classe(s) dominada(s), aceita-a passivamente, inconscientemente, como um condicionamento. Isto faz parte da própria estratégia ideológica, pois a explicitação de seu "verdadeiro rosto" tornaria a ideologia inaceitável. Ora uma das funções da ideologia na sociedade capitalista é justamente tornar aceitáveis, racionais, "naturais" na aparência, coisas que o não seriam se vistas em sua verdadeira natureza. Daí as técnicas da camuflagem, da mistificação, da escamoteação, do sofisma, das meias verdades.

Para a ideologia "oficial" do capitalismo, a embalagem é mais importante que o conteúdo, o discurso mais útil que a prática. A natureza e os objetivos de cada programa ou projeto (político, social ou econômico) são cuidadosamente "maquiados", "trucados", envolvidos na roupagem da "lógica", da "racionalidade" e da "objetividade". Tudo deve parecer perfeitamente natural, justo, lógico, plausível, ainda que (e sobretudo quando) na realidade se trate do contraditório, do absurdo, do inaceitável em si mesmo.

A ideologia torna-se assim uma arte cônica e... cínica! Por isso é que o pensamento crítico e a conscientização são tidos pela ideologia como seus piores e irredutíveis inimigos.

Os exemplos concretos deste mascaramento ideológico, desta "má consciência", são variadíssimos e aparecem no dia a dia dos acontecimentos. Cite-se apenas um. A Reforma Agrária, um projeto de "reforma de base" engavetado há mais de vinte anos pela ditadura, tornou-se nos últimos tempos um dos pratos de resistência do noticiário e do debate nacional. Os representantes dos grandes interesses fundicários (internacionalizados inclusive por grandes projetos incentivados pela SUDAM, etc), vêm acusando o projeto de anticonstitucional e socialmente corrosivo, gerador de conflitos, perturbador da paz e da harmonia no campo... A argumentação destes setores reacionários está toda eivada de sofismas e inverdades. Atrás da "defesa da propriedade privada", na verdade se esconde a defesa de interesses inconfessáveis, os interesses da mais iníqua e desavergonhada expropriação social dos últimos tempos. De fato o projeto de modo algum abala ou nega o estatuto jurídico da propriedade privada, muito pelo contrário o reafirma e reforça. Não há nele qualquer conteúdo realmente socializante. O que propõe não é o domínio social da terra, mas o aumento do número de proprietários privados. É um projeto, em tudo e por tudo conservador e privativista.

A posição dos latifundiários, ideologicamente, se compreende. A reforma agrária, qualquer que seja a sua extensão e profundidade, contraria seus reais interesses. Destes não faz parte a defesa da propriedade privada de qualquer um (por exemplo daqueles que agora são "posseiros"), ou seja, a propriedade privada da terra como princípio. Os seus interesses verdadeiros, que eles tentam camuflar, são os seus privilégios, a propriedade monopolista de enormes extensões de terra, o latifúndio que, embora frequentemente improdutivo ou pouco produtivo do ponto de vista agrícola, rende lucros fabulosos

do ponto de vista especulativo, superiores ao de qualquer aplicação produtiva ou financeira, com poucos riscos e praticamente nenhum trabalho. Trata-se do superlucro por excelência, o lucro máximo combinado com o custo mínimo, um superlucro que só a especulação imobiliária pode "produzir". Realmente, como dizia a publicidade de uma corretora imobiliária de Goiânia, "o melhor negócio da Terra é a terra mesmo". O que a ideologia quer que se acredite é que a reforma agrária compromete a propriedade privada: o que ela quer ocultar é a natureza parasita e socialmente iníqua dos interesses dos latifundiários.

Para difundir a ideologia capitalista nada mais eficiente do que os processos subliminares dos modernos meios de comunicação, onde as "mensagens" são passadas implicitamente, embutidas nos enredos das novelas, nos seriados "made in USA", nos noticiários e na publicidade. Submetida a esta autêntica "lavagem cerebral", contra a qual não tem qualquer defesa ou prevenção, a maioria das pessoas vai inconscientemente assimilando a ideologia da classe dominante.

Tal como um vírus que penetra insidiosamente numa bactéria (ou numa célula) e só se revela após tê-la atacado e transformado completamente, assim a ideologia vai penetrando subrepticiamente nas mentes passivas e acríticas dos cidadãos e, sem que estes percebam e possam defender-se, apodera-se do seu espírito e modifica a sua maneira de pensar. É a suprema perfídia: a ideologia conquista e domestica suas próprias vítimas que, numa espécie de esquizofrenia social se tornam aliadas do "outro" e inimigas de si mesmas!

É por isso que na implantação e consolidação de uma nova sociedade, aquela que Varsavsky denomina "tecnologia S" (tecnologia social) se torna mais importante que a "tecnologia F" (tecnologia Física). De fato muito mais importantes que os meios de produção, vão ser, nesta sociedade, as relações sociais, as motivações, os valores e os objetivos que ela se propuser. É importante ressaltar que numa sociedade de "estilo" socialista, a ideologia, embora desempenhando um papel tão ou mais importante do que na sociedade capitalista, tem uma postura e significado diferentes. Ela não precisa se esconder ou camuflar, não precisa dominar subdolanamente as consciências. Pelo contrário, não representando mais os interesses mesquinhos da minoria, a ideologia vai desempenhar nesta sociedade um papel educativo, conscientizador, crítico, para que as decisões e a-

ções representem, tanto quanto possível, os interesses de todos, o bem comum.

As próprias técnicas de ideologização, propaganda, publicidade e promoção deverão desaparecer ou, no mínimo, ser totalmente modificadas quanto a seus objetivos, métodos e conteúdo, pois promover solidariedade não tem nada em comum com promover "coisas"... Uma ideologia de estilo socialista é incompatível com a mentalidade consumista e a submissão aos modismos. O "know what" retomarã a supremacia sobre o "know how", pois dentro de uma ordem lógica e racional, a definição de "o que" fazer é necessária para se escolher o "como" fazer e a consideração dos objetivos deve sempre preceder a consideração dos meios.

Todos os exemplos e considerações analisados até aqui mostram claramente que atrás ou acima de cada tipo de sociedade há uma ideologia que lhe dá sentido e unidade. Na comparação entre uma sociedade capitalista e outra socialista evidenciou-se que esta, ao contrário daquela, só pode desenvolver-se adequadamente priorizando as tecnologias sociais que postulam uma atividade organizada, inteligente e solidária dos trabalhadores, em lugar das tecnologias físicas e massificantes centradas na produção de "coisas", cada vez mais complexas e sofisticadas.

O objetivo primeiro e último do progresso numa sociedade humana tem que ser o próprio Homem, ou seja, **todos os homens**. Trata-se de devolver ao Homem as suas prerrogativas de racionalidade e liberdade, libertando-o da escravidão do trabalho, da dominação por outros homens e finalmente da dependência "hipnótica" e consumista em relação às modernas e sofisticadas tecnologias...

O EXEMPLO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Este trabalho pretende, a partir de agora, mostrar - por meio da análise da Questão Agrária no Brasil atual - um exemplo concreto de interdependência entre Filosofia (Ideologia), Ciência e Sociedade.

Decorridos os anos do pretenso "milagre econômico" brasileiro, agora que a euforia ilusória fabricada pela ideologia da ditadura já se dissipou diante das evidências dos pro-

blemas que atingem a sociedade com intensidade redobrada, existem condições para se analisar, com mais objetividade, a natureza do "modelo" econômico e social que o regime autoritário impôs ao País nos últimos vinte anos.

Como em outros setores da economia, quando confrontado com os reais interesses da maioria da população brasileira, o "modelo" adotado na agricultura revelou-se um retumbante fracasso. O sofrimento imposto à quase totalidade da população (e não só à do campo), mostrou a outra face do processo de desenvolvimento e modernização da agricultura nacional: a concentração fundiária, a produção decrescente de alimentos, as condições desumanas de trabalho no campo, a diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores.

De forma sintética, o que se pretende mostrar nas páginas seguintes, são as características ideológicas e as formas dialéticas daquele que foi e continua sendo, em sua essência, um processo de expansão e transformação capitalista do campo. Chama-se também a atenção para alguns grandes problemas provocados por este processo, evidenciando que eles são não só de ordem econômica, social e política, mas também, e em nível alarmante, de natureza ecológica, ameaçando gravemente os recursos naturais do País e a qualidade de vida de seus habitantes.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E PENETRAÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO

Embora não desconhecendo a inquestionável importância dos fatores históricos na explicação de toda e qualquer realidade geográfica, particularmente num assunto desta natureza, abordar-se-á aqui a questão agrária brasileira apenas no período recente, enfocando a fase em que as transformações técnicas e sociais foram mais rápidas e intensas, ou seja, o período após 1970.

Em primeiro lugar, é preciso tornar claro o que se entende por modernização da agricultura. À primeira vista, pode parecer que se trata simplesmente de um processo de substituição de técnicas, consideradas atrasadas, por outras mais modernas, como o uso de máquinas e fertilizantes, etc. Mas a modernização, na sua essência, é bem mais do que isso. Trata-se de um conjunto de modificações na organização de produção, ou seja, nas relações sociais de produção. Entre as transformações mais significativas merecem destaque a intensificação da

utilização do trabalhador volante (ou "bóia-fria"), o aumento do contingente de mão-de-obra assalariada, a organização das atividades produtivas em moldes empresariais, eliminando progressivamente os posseiros, parceiros e meeiros...

É claro que a intensidade destas transformações sociais varia de região para região e o capitalismo se desenvolve de formas diferenciadas e com ritmos diversos no campo brasileiro. Inúmeros estudos têm mostrado que, embora a penetração do capitalismo no campo ocorra de forma generalizada, nem sempre implica no desaparecimento completo das formas não-capitalistas de produção. Assim, ao lado das formas tipicamente capitalistas, podem existir formas não-capitalistas de acumulação e produção, todas evidentemente comandadas pelo capital e a ele subordinadas. Por paradoxal que pareça, estas formas não-capitalistas podem, circunstancialmente, ser as que mais convêm ao interesse do capital. Um exemplo deste tipo de simbiose parece ser o dos pequenos camponeses minifundiários que sobrevivem ao lado do latifúndio, como pequenos produtores de alimentos e reserva de mão-de-obra.

Em resumo, a modernização da agricultura é, em sua natureza profunda, um processo reflexo de transformação capitalista do campo, vinculado às transformações gerais da economia capitalista em outros setores. Quanto à modernização técnica, ela é apenas uma forma instrumental desse processo e não uma necessidade inadiável para a agricultura, como a ideologia quer fazer crer. A própria existência de formas não-capitalistas de produção não é uma exceção "tolerada" pelo capitalismo, como pode parecer, mas a situação que, em determinadas circunstâncias, mais convêm aos interesses do capital.

Um outro ponto que merece reflexão é a existência de classes sociais diferenciadas no contexto do setor agrícola. Falar de agricultura e agricultores, como um todo indiferenciado, escamoteando estas diferenças, é também uma forma tipicamente ideológica de confundir o problema.

Por último, deve-se lembrar que a expressão "desenvolvimento agrícola" não corresponde a toda a realidade. Se para alguns, a modernização da agricultura tem sido altamente "positiva", permitindo uma rápida acumulação e reprodução do capital, para muitos ela tem sido dramaticamente "negativa", pois significa êxodo rural e miséria na periferia urbana.

O motor do processo de modernização da agricultura é, como se viu, o interesse do capital. Para que este ponto fique mais claro convém analisar, com mais profundidade, o sentido que esta modernização tem para o capitalismo ou, dito de outra forma, analisar as razões da modernização, do ponto de vista do capital.

Na análise profunda feita por Marx, o que caracteriza fundamentalmente o sistema capitalista é a apropriação da "mais-valia" (ou lucro), definida por ele como a parte do trabalho que não é paga ao trabalhador pelo capitalista. Na sua forma mais primitiva, a maneira mais comum de aumentar esta mais-valia era pelo aumento da jornada de trabalho, o que implicava numa parcela maior de trabalho excedente não pago. Modernamente o aumento do lucro é conseguido sobretudo pelo aumento da produtividade. Este maior lucro ocorre sempre que o trabalhador, num mesmo período de tempo, aumenta a sua produção, sem obter com isso aumento de salário.

A forma concreta de se conseguir este salto na produção é pela introdução da tecnologia. A substituição de uma prensa manual por uma hidráulica, numa indústria, poderá fazer a produção aumentar, por exemplo, de 10 para 15 peças. Se o salário do operador permanecer o mesmo, este aumento de produção, correspondente a 50% de aumento da produtividade, irá transformar-se integralmente em lucro para o capitalista.

O caráter geral da introdução da tecnologia é o de fator de aumento da produtividade, mas do ponto de vista do capitalista individual pode ter um outro significado: a redução dos custos unitários de produção.

É claro que a questão das relações entre tecnologia e aumento da produtividade é bem mais complexa do que deixam transparecer as colocações acima. No entanto é suficiente, para as finalidades desta análise, estabelecer que o sentido geral do progresso técnico no capitalismo é a melhoria constante das condições de lucratividade.

A compreensão do capitalismo na agricultura não se esgota com o entendimento do processo de apropriação da mais-valia, acima analisado. É necessário também considerar a existência da propriedade privada da terra e da classe social que detém essa propriedade.

A teoria da **renda da terra**, desenvolvida sobretudo por Marx, é bastante complexa. A conceituação aqui representada é bastante simplificada, embora coerente com a formulação de

Quando o capital penetra na agricultura encontra uma situação de monopólio da propriedade da terra que, por razões históricas, se concentra nas mãos de uma classe. O proprietário da terra (aqui considerado como não-capitalista), dispendo de um título jurídico de propriedade, impõe condições ao capitalista para que este possa utilizar a terra. Assim, embora não participando em nada do processo de produção, o proprietário exige participação nos resultados desse processo, obrigando o capitalista produtor a lhe ceder uma parte da mais-valia produzida. É esta parte da mais-valia de que o proprietário se apropria (simplesmente pelo fato de ser o proprietário da terra) que Marx chama de **renda da terra**. A renda fundiária capitalista aparece assim como uma apropriação "em segunda mão" (pelo proprietário da terra) de parte da mais-valia apropriada em primeira mão pelo capitalista produtor.

É evidente que, nestas condições, para a produção agrícola ser um negócio interessante para o capitalista, é necessário que o lucro (ou mais-valia) seja tal que, além de pagar a renda fundiária ao proprietário, ainda apresente um excedente adequado para "remunerar" o capital. É por isso que Marx conclui que a renda fundiária representa um obstáculo, uma "barreira" ao avanço do capital no campo. Para poderem superar este obstáculo, os capitalistas têm que obter um superlucro capaz de compensar adequadamente seu investimento, além de cobrir o pagamento da renda fundiária. Fica implícito que, na maioria das vezes, este superlucro é conseguido à custa da superexploração do trabalhador.

Além desta, só há duas outras formas de contornar o obstáculo da renda fundiária. Ou a compra da terra pelo capitalista, que se torna um capitalista-proprietário, ou a exploração direta pelo proprietário que passa a ser proprietário-capitalista. Ambas as soluções trazem inconvenientes sérios, do ponto de vista do capital. No primeiro caso, a compra implica a imobilização de um capital que pode ser considerável e só poderá ser recuperado se a terra for vendida de novo. No segundo, há o problema de obter o capital para pôr a terra em produção.

No caso brasileiro, ambas as formas têm sido utilizadas, com predomínio da primeira. A transformação de proprietários em proprietários-capitalistas tem sido possível pela aplicação da política de "modernização do latifúndio", uma de suas peças principais tem sido o crédito agrícola. Em certas áreas do País, onde têm sido mais generosos os "incentivos fiscais" concedidos pelos órgãos oficiais (SUDAM, SUDECO, SUDENE, et) o capital monopolista tem feito investimen -

tos" colossais, adquirindo imensas áreas de terra que geralmente são mantidas numa situação de sub-utilização ou utilização extensiva, transformando-se em "reservas de valor" especulativas.

Novas formas de dominação e expansão capitalista no campo têm aparecido ultimamente. Uma delas é o controle da produção agrícola por meio de comercialização exclusiva. Este esquema é comum nos complexos agro-industriais (industrialização do fumo, tomate, frangos, etc). Os donos das indústrias, em vez de investirem diretamente na produção das matérias-primas de que precisam, preferem controlar a produção indiretamente, mediante vários artifícios (controle de preços, contratos de entrega, etc) que lhes permitem apoderar-se de um excedente significativo, sem correr riscos.

As várias situações mencionadas mostram como o progresso técnico assume características diferentes e, paralelamente, o capitalismo assume feições diferenciadas na sua expansão no setor agrícola.

De todos os exemplos e análises anteriores conclui-se que a expansão do capitalismo segue uma lógica interna que consiste em melhorar sempre as condições de rentabilidade de seus negócios. Seja por meio de tecnologias mecânicas ou biológicas, seja aumentando as taxas ou massas de lucro, o que o capital busca, sempre e acima de tudo, é aumentar a sua lucratividade.

No entanto, considerando-se o setor agrícola em separado, verifica-se que a lógica interna mencionada não explica tudo. De fato, no processo de modernização da agricultura atuam outros condicionamentos que, em conjunto, podem considerar-se como uma lógica externa. Esclareça-se: não é uma lógica externa em relação ao "capital geral", mas apenas em relação ao capital aplicado no setor agrícola, visto separadamente. Eis algumas evidências!

Na economia brasileira atual, o setor industrial é do minante em relação ao capital agrícola. A indústria, evidentemente, tem grandes interesses na agricultura, seja como consumidora de seus produtos seja como fornecedora de matérias-primas. A influência da indústria sobre a agricultura tem portanto duplo sentido.

Considere-se, em primeiro lugar, a "interferência" da indústria de equipamentos e insumos agrícolas. Composto sobretudo por grandes grupos oligopolistas (Ford, Massey Fergus -

son... Bayer, Shell, Dow Chemical, Ciba-Geigy...) este setor industrial tem muita "força política" e muito "poder de persuasão", poder e força que se evidenciam de várias formas.

Uma delas é a pressão direta sobre o agricultor por meio da presença constante de vendedores, cuja ação é convenientemente camuflada sob a aparência de "assistência técnica". Além da "assistência", as grandes indústrias lançam nos meios de comunicação campanhas publicitárias sedutoras e tendenciosas, onde tudo (desde máquinas até adubos e agrotóxicos) é recomendado acima dos padrões técnicos adequados.

Mas a forma mais eficiente de exercer sua dominação sobre a agricultura é a influência do capital industrial na definição da "política agrícola" do governo, sobretudo por meio da regulamentação do crédito rural. É por meio dele, particularmente de suas "linhas especiais" que se estimula a demanda de equipamentos e insumos agrícolas e se impõem ao produtor rural as "prioridades estabelecidas pelo Governo" (!?) para a aquisição deste ou daquele produto. Exemplos de "prioridades", vistas por este prisma, são bem esclarecedoras! O agricultor tem acesso fácil ao crédito para comprar um trator ou máquina novos, mas não para recuperá-los. Dinheiro para comprar adubos químicos é fácil de conseguir, mas para comprar adubos orgânicos só existe dinheiro quando, junto com eles, for comprada uma quantidade muito maior de adubos químicos. De resto só três adubos orgânicos são geralmente financiados: torta de mamona, torta de algodão e cama (bosta) de galinha.

Outra distorção importante trazida por esta política de crédito é a modificação artificial dos preços da mão-de-obra em relação ao preço dos produtos industriais. Como a mão-de-obra rural está disponível a preços irrisórios, seria extremamente difícil a substituição "natural" desta mão-de-obra por técnicas intensivas de capital, a menos que o custo desta tecnologia seja artificialmente rebaixado. E é isso que acontece. Evidenciando com clareza o papel ideológico do Estado, o governo, em apoio aos interesses do capital, subsidia a aquisição de equipamentos agrícolas, sujeitando assim a classe trabalhadora rural à "alternativa" de escolher entre salário mínimo e... desemprego.

Também na outra ponta do processo agrícola, a "influência" das indústrias condiciona a evolução do setor. Assim as empresas consumidoras de produtos agrícolas, por meio de meca-

nismos vários (padronização da matéria-prima, formas de distribuição da produção de acordo com as conveniências industriais, etc) forçam o produtor a introduzir técnicas e regimes de cultivo ou criação que são do seu interesse. É bem conhecido o caso do algodão de fibra curta, cuja produção foi imposta por se adaptar melhor ao beneficiamento nos teares industriais. As agro-indústrias do tomate e do alho, por sua vez, impõem áreas, épocas de plantio e irrigação, variedades, etc, de acordo com seus interesses.

Um outro aspecto, de alguma forma ligado ao processo de expansão capitalista no campo, é o que se poderia chamar de ideologia modernizadora, ideologia evidentemente muito pouco preocupada com o que é realmente bom ou racional para a agricultura propriamente dita. Esta ideologia é, à sua maneira, um tipo especial de "modismo consumista". É ela que define, para os menos críticos e avisados, o que é moderno ou atrasado, o que é eficiente ou ineficaz. É claro que, para esta ideologia, só são modernos, eficientes, racionais os produtos, os equipamentos e as tecnologias produzidas pelas indústrias e por elas comercializadas. Por isso é que os animais têm que ser de "raças selecionadas" e importadas, "com alto rendimento"; e só podem ser alimentados com "rações balanceadas", protegidos por vacinas e defensivos produzidos pelas indústrias multinacionais, etc. O mesmo vale para as sementes...

A modernidade e verdadeira eficiência de algumas dessas técnicas pode ser avaliada corretamente quando se dá uma olhada no que ocorre em alguns países considerados modelos de desenvolvimento. Assim, enquanto na Europa se assiste a uma revalorização da tração animal e de muitas outras técnicas tradicionais e de eficiência comprovada (adubos orgânicos, etc), no Brasil muitos fazendeiros "progressistas" vão à falência comprando tratores e máquinas complicadas que não sabem usar e conservar.

A QUESTÃO AGRÁRIA

Até agora foram vistos alguns aspectos do processo de modernização da agricultura e as suas razões básicas, do ponto de vista do capital. Mas o processo apresenta outras facetas e consequências que constituem problemas extremamente graves. É ao conjunto destes problemas que se costuma denominar ques-

tão agrária; é esta questão que será objeto de análise nas próximas páginas.

Antes, porém, é conveniente fazer a distinção entre questão agrária e questão agrícola. Como diz Graziano da Silva, a questão agrícola refere-se às mudanças da produção agrícola, em si mesma: o que se produz, onde se produz, quando se produz. É claro que, na análise correta, as duas questões se cruzam, são interdependentes.

E tanto estão interligadas que, ao se tentar resolver uma, pode-se agravar a outra. Foi o que aconteceu no Brasil, quando o "modelo" utilizado para expandir a indústria provocou um enorme agravamento da questão agrária. Mas a incompetência foi tanta que, mais tarde, numa espécie de "efeito bumerangue", a crise agrícola recrudescceu, obrigando à importação de alimentos básicos para a população.

Voltando à análise da questão agrária, um primeiro aspecto que chama a atenção é a heterogeneidade ou desigualdade na extensão e na profundidade das transformações observadas na agricultura brasileira, aquilo que os autores chamam de **parcialidade das transformações**. Esta modernização diferenciada ou parcial observa-se em três níveis: entre as regiões do País, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais.

Em termos regionais, nenhuma surpresa: são evidentemente as regiões Sudeste e Sul as que apresentam maior índice de modernização e dentro delas os Estados de S. Paulo, Paraná e R. G. do Sul. É, por exemplo, nestas regiões que se concentra o maior número de tratores, que o uso de fertilizantes e a grotóxicos é mais elevado e que se concentra a maior parcela do crédito rural.

A análise da distribuição do crédito rural é fundamental para a compreensão das desigualdades observadas no processo de modernização, visto ser o crédito rural um indicador básico. A ele estão estreitamente ligados tanto o uso de equipamentos como o de insumos químicos. Tomando-se como critério a comparação entre o produto agrícola e o montante do crédito rural, verifica-se, de fato, que as regiões citadas recebem um percentual de crédito bem superior ao percentual de produção agrícola. Esta disparidade é ainda maior, a nível de Estados. Enquanto S. Paulo recebe mais do dobro do crédito em relação ao valor da sua produção, o Maranhão não recebe nem 0,1%, pelo mesmo critério.

As desigualdades, a nível de atividades e produtos são ainda mais graves. O uso de fertilizantes concentra-se nas culturas para exportação (café, soja, cana-de-açúcar...), ao passo que, das culturas para consumo interno, apenas o trigo, o arroz e o milho tiveram um consumo digno de nota. Estas desigualdades se complicam quando vistas a nível de região: no Nordeste quase todo o fertilizante vai para a cana-de-açúcar e cacau, ao passo que no Sul o trigo e a soja consomem mais de 90%.

No que se refere à distribuição do crédito rural por cultura, as desigualdades atingem desníveis ainda maiores. Um pequeno grupo de produtos absorve quase todo o volume de recursos, particularmente o café, a soja, a cana, o algodão e o trigo. Três produtos básicos para a alimentação - feijão, milho e mandioca - recebem pouco mais do que 10%.

A parcialidade das transformações, a nível de produtores rurais, é espantosa. Segundo dados do CONCREDE, em 1979, enquanto os contratos maiores (cerca de 10% do total de contratos) receberam 38,5% do crédito, os menores, representando quase 50% de todos os contratos, conseguiram apenas 5%. Evidencia-se assim uma estreita correlação entre o tamanho da propriedade e o tamanho do crédito. Os latifúndios são mais uma vez privilegiados, como o são também na política de incentivos e na própria assistência técnica oficial.

Em resumo, fica bem evidenciado que o processo de modernização do campo privilegiou alguns produtores (os maiores), algumas atividades e produtos (os voltados para a exportação) e algumas regiões (as do Centro-Sul). Associadas às transformações técnicas, ocorrem transformações nas relações sociais e a parcialidade daquelas têm reflexos na parcialidade destas.

Será que estas disparidades são apenas uma consequência da imensidão e variedade do espaço brasileiro (como afirma a ideologia)? Ou são geradas e agravadas pelo sistema econômico?

A concentração fundiária parece ser uma constante na história do Brasil. Desde o tempo das capitanias e sesmarias, a distribuição e posse da terra se fazem segundo um mesmo padrão. Este padrão, caracterizado pela presença de imensos latifúndios, atravessou incólume regimes "democráticos" e ditaduras e por último o processo de modernização a que se refere este trabalho. Este processo não só não alterou a estrutura fundiária pré-existente, mas até em grande parte a reforçou. Por isso se

diz, com toda a razão, que o caráter da agricultura brasileira foi e é conservador.

Observando-se algumas dessas tabelas publicadas nos Anuários Estatísticos do IBGE, percebe-se que desde 1920, pelo menos, a concentração fundiária vem aumentando. Enquanto o número percentual dos grandes latifúndios se mantém praticamente o mesmo, o número das pequenas e muito pequenas propriedades (minifúndios) vem se reduzindo cada vez mais. E os dados do IN CRA referentes à última década mostram um dado ainda mais significativo: a área dos latifúndios por dimensão quase duplicou, enquanto que a dos minifúndios, já mínima, reduziu-se ainda mais.

A estrutura agrária brasileira não só não se modificou com o processo recente de modernização, mas, em algumas regiões, até se consolidou. Na Região Norte parece até que se voltou ao tempo das sesmarias. Enormes patrimônios privados, os chamados "projetos sudameiros", adquiridos ou instalados em função dos incentivos fiscais da SUDAM, ocupam áreas imensas da Amazônia. Esta ocupação desenfreada das terras da Amazônia legal, feita de forma muitas vezes selvagem e desumana, constitui sem dúvida uma das manifestações mais "libertinas" do capitalismo, permitidas pelo "liberalismo" da Ditadura neste País. O homem da região, o índio ou o posseiro, são escorraçados e massacrados neste processo. É frequente ouvir-se a justificativa leviana de que tais pessoas "não fazem nada" e só atrapalham o desenvolvimento.

Mas o que fazem então os "heróicos" desbravadores da selva, os novos proprietários dessa fronteira agrícola? Em termos de trabalho, nada ou muito pouco; em termos de produção, idem. Mas em termos de lucros, não há dúvida, eles "produzem" muito mais ficando parados, do que muitos dos antigos ocupantes trabalhando. Agora o que eles "produzem" não é riqueza verdadeira, mas aquela espantosa "renda da terra", aquela verdadeira rapina que só a especulação imobiliária mais desbragada pode "explicar": a produção da mais-valia com base no puro parasitismo!

O quadro de concentração de terras, ensejada pela ocupação das fronteiras agrícolas por imensas propriedades, nacionais e estrangeiras, ligadas ao grande capital é espantoso. A Amazônia brasileira foi repartida pelas grandes empresas, muitas delas estrangeiras. Num breve lapso de tempo, cerca de 20 milhões de ha foram alienados a estrangeiros. Uma área de-

clarada de 5,5 milhões de ha, equivalente à área cultivada do Estado de São Paulo, é "propriedade" de apenas 5 grandes empresas estrangeiras. Os números referentes a estes autênticos impérios amazônicos são assombrosos. No Norte do Mato Grosso, a área média de cada um dos 17 maiores projetos ali instalados é de cerca de 222.475 ha e o maior deles, o BORDON S.A. Agropecuária da Amazônia, ocupa sozinho 2.421.074 ha!

A consequência mais dramática desta ocupação do território nacional é a crescente onda de conflitos entre as grandes corporações "sem rosto" e os mais humildes habitantes deste País: os índios e os posseiros. Compreende-se que estes não aceitem passivamente a expropriação e a expulsão. A sua luta é mais do que justa: eles querem impedir que a sua "terra de trabalho" se torne "terra de exploração", onde a ganância do capitalista quer "gerar" lucros pela especulação e pela apropriação do trabalho dos outros.

O pior de tudo é que esse imenso cortejo de injustiças, de arbitrariedades e de autêntica selvageria é cometido por homens que se dizem civilizados e sob a proteção da lei. Estranha lei essa que dá menos valor aos direitos fundamentais e à própria vida humana do que a um papel comprado num cartório!

E agora esses privilegiados do sistema que se apoderaram de imensas áreas de terra com a mesma arrogância e despu dor dos antigos sesmeiros, vêm falar em direito e constituição para impedir que a multidão dos deserdados deste imenso País tenha acesso a um pequeno lote de terra!... É a velha fábula do lobo que se sente prejudicado pelo cordeiro.

Por sua vez, a crise da produção de alimentos é, em grande parte, embora não exclusivamente, uma consequência direta da concentração da posse da terra.

Por paradoxal que seja, o Brasil nunca foi um grande produtor de alimentos. Há notícias de escassez desde os tempos do Brasil-colônia e, na virada do século, a monocultura gerou uma das piores crises deste setor (em 1901, 42,9% das importações brasileiras foi de alimentos).

Os produtos de exportação sempre foram privilegiados, em termos de apoio governamental, apresentando por isso uma rentabilidade maior. Da cana ao café e à soja, os produtos de exportação sempre atraíram os grandes capitais, constituindo o setor mais moderno e dinâmico da agricultura brasileira. Já a

produção de alimentos sempre foi "coisa de pobre", constituindo a parcela de técnica mais tradicional, de baixa produtividade e entregue aos pequenos produtores.

Com isto não se está adotando aqui uma visão "dualista" do problema; antes, pelo contrário, cabe enfatizar que a situação evidencia claramente a interdependência e complementaridade dos dois setores da agricultura.

A relação entre a crise alimentar e a progressiva concentração da terra é também muito clara e dois exemplos são suficientes para evidenciá-la. O primeiro é das regiões de expansão da monocultura da cana. São áreas onde a falta de alimentos e a subnutrição são, como dizia o saudoso Josué de Castro, "endêmicas". Cada vez que um pequeno sítio é incorporado pelos usineiros, há um pequeno decréscimo na produção de arroz, feijão, mandioca e outros alimentos básicos. O segundo exemplo é mais recente, mas muito parecido. Nas regiões de fronteira agrícola, a expansão dos latifúndios feita às custas da exploração dos posseiros e pequenos produtores rurais resulta geralmente na substituição da agricultura de subsistência por culturas comerciais ou pastagens.

O resultado é duplamente negativo: de um lado a produção de alimentos diminui cada vez mais, do outro aumenta a demanda desses mesmos alimentos, com a transformação daqueles que eram produtores em consumidores assalariados, ou pior, desempregados.

Esta escassez de alimentos, segundo a lógica (capitallista) da economia de mercado, deveria provocar primeiro altas de preços e depois, por tabela, aumentos de produção, reequilibrando os níveis de oferta e de procura. As altas de preços realmente têm-se verificado, mas os aumentos de produção têm sido apenas emergenciais e pouco significativos. De fato há restrições ou obstáculos, que se poderiam chamar de estruturais, que dificultam a solução deste problema. Além da já citada política de crédito, há outros fatores que se podem enquadrar nesta categoria. As dificuldades de ordem técnica (agrônômica) são um deles. Faz-se pouca pesquisa, particular ou institucional, neste setor, faltam sementes, não há evolução das técnicas... Outra restrição está na comercialização, muito insegura e problemática, destes produtos, ao contrário do que acontece com o café, a soja ou o açúcar, por exemplo. Um terceiro entrave refere-se à "reconversão" das atividades produtoras. Os grandes produtores montaram uma grande infra-estrutura para produzir

gêneros de exportação e acham difícil e muito arriscado reconvertê-la, a curto prazo, para produzir alimentos, sobretudo sem estímulos ou garantias oficiais.

Desta forma, a crise da produção de alimentos vem-se tornando um problema crônico, com tendência a agravar-se progressivamente. O governo tem adotado uma política de importações para "regular" o mercado. Essas importações, na realidade, têm desestimulado ainda mais os produtores de alimentos. E mesmo nos períodos de "supersafras", o que tem ocorrido é uma menor escassez de alimentos, nunca produção de excedentes reais.

As consequências destes fatos têm sido gravíssimas. A disponibilidade de alimentos "per capita" está baixando assustadoramente, ano após ano. A população está crescendo a taxas bem mais altas do que as da produção de alimentos, a qualidade de vida dos brasileiros está cada vez mais baixa e a subnutrição agrava-se. As carências alimentares, por sua vez, resultam em diminuição dos níveis de expectativa de vida, aumento da mortalidade infantil e decréscimo no desenvolvimento físico e psicológico das crianças e adolescentes.

No que se refere à mortalidade infantil, o Brasil já ocupa posição de "destaque" entre os de maior índice, ao lado de alguns países africanos e centro-americanos. Em Recife, a mortalidade infantil bate recordes continentais, estimando-se que 66% dos óbitos de crianças com menos de cinco anos se deve à desnutrição. Os que conseguem passar por esta "roleta da vida" continuam sofrendo as consequências da fome. Estudos cuidadosos têm mostrado que os filhos de operários têm, em média, aos 10 anos, o mesmo desenvolvimento que os filhos das classes abastadas alcançam aos sete.

É esta a cruel realidade da alimentação brasileira que nenhuma ideologia consegue camuflar. Enquanto a agricultura capitalista desfila com o brilho e o estardalhaço da sua tecnologia, enquanto os poucos privilegiados, conduzindo suas máquinas poderosas, avançam sobre a terra, destruindo ou derrubando tudo e todos os que se opõem à sua passagem, a maioria dos deserdados queda-se impotente à margem do processo, sem poder dele participar ou impedi-lo, recebendo como contrapartida a herança de todos os problemas do passado e muitos outros novos deixados no rasto da modernização.

Antes de concluir esta análise, é conveniente abordar dois casos que, pelo seu valor exemplar, servem para melhor esclarecer alguns aspectos da questão agrária.

O primeiro exemplo é o do trigo. Amparado no tão discutido subsídio, o consumo aumentou rápida e continuamente nos últimos anos, quer sob a forma de farinha e pão, quer sob a forma de derivados (massas, biscoitos, bolachas...) O quadro ganhou contornos de uma verdadeira transformação nos hábitos alimentares. Em muitas casas já se consome mais trigo do que produtos tradicionais, como o arroz, o feijão, ou a mandioca. O trigo ganhou 'status' de produto essencial para a alimentação humana (e até de animais), no Brasil.

Com o fracasso dos planos de auto-suficiência, elaborados em 1974, as importações do produto aumentaram vertiginosamente, transformando o Brasil num dos mercados potenciais (se não atuais) mais atrativos para os países produtores.

Há em tudo isto alguma coisa que "fede", algo de pouco claro e convincente. Por que foi criado o subsídio do trigo e por que durou tanto a sua vigência? Por que o governo não pensou em subsidiar a mandioca ou o fubá? Quais os verdadeiros interesses por trás do subsídio?

Não há respostas claras para todas estas perguntas, mas algumas evidências são insofismáveis. Verifica-se que toda esta realidade de mudança de hábitos alimentares, de aumento do consumo, de subsídio, estão, "por coincidência", de acordo com os interesses dos países exportadores, particularmente dos EUA (de onde o Brasil tem importado anualmente mais de 500 milhões de dólares deste produto). Toda a estratégia parece ser semelhante à das multinacionais, como a Coca-Cola: criar uma dependência estrutural dos países, baseada na "dependência" do consumo de alguns produtos e, entre eles, dos alimentos.

É isto fantasia, preconceito ideológico? Parece que não. René Dumont, o "agrônomo da fome" tem mostrado, em diversas obras, que a fome e a carestia crônicas em alguns países do mundo têm sido aproveitadas pelas multinacionais do trigo (Cargil, "americana"; Continental Grain Comany, também "americana"; André, "suíça"; Louis Dreyfus, "francesa"; Bunge Corporation, "argentina") para, sob a forma de "ajuda humanitária", criarem mercados cativos em várias partes do mundo. Não seria o Brasil mais um dos "beneficiados" por esta ajuda?

O outro exemplo é o do álcool carburante. A expansão das culturas de cana vem sendo feita em áreas cada vez maiores, ocupando terras antes dedicadas à produção de alimentos ou antecipando-se a estas na ocupação de novas áreas nas zonas de fronteira agrícola. Por mais que se defenda a compatibilidade

das culturas de cana e de alimentos, a verdade é que - como sempre aconteceu - a cultura de cana monopoliza todas as áreas em torno das usinas. E, o que é mais grave, a cana geralmente não ocupa as terras mais fracas, mas sim as mais férteis.

Na luta por novas terras quem ganhará? As culturas alimentares, as de exportação ou as "energéticas"? Na perspectiva atual, não há dúvida: as culturas alimentares vão continuar perdendo e a "panela do povo" vai continuar cada vez mais vazia.

A análise do Proálcool em todos os seus aspectos é muito complexa e não pode ser esgotada aqui. Mas, além dos aspectos já citados, cumpre mencionar um outro bastante significativo. Ao se equacionar a solução do problema energético motor, a mandioca foi desprezada em favor da cana, as mini-destilarias foram deixadas em segundo plano e o transporte coletivo não foi priorizado. Ou seja, "tudo" ficou "como dantes, no quartel de Abrantes". O grande capital foi mais uma vez privilegiado e as estruturas de dominação mantidas e reforçadas.

O processo de modernização capitalista agravou, como se viu, a dependência da agricultura em relação à indústria, ou - numa formulação mais correta - a dependência das classes e categorias sociais ligadas à agricultura em relação às classes e categorias sociais urbano-industriais.

Historicamente, esta dependência vem-se acentuando há várias décadas e a penetração do capital no campo vem destruindo progressivamente a produção independente, monetarizando as relações de troca, instaurando o mercado "livre" de mercadorias, enfim impondo sua lógica de forma cada vez mais profunda e ampliada.

O mais grave, em países do Terceiro Mundo, como o Brasil, é que o setor industrial é, por sua vez, dominado pelo capital estrangeiro, de tal modo que o comando político das atividades agrícolas (determinação do que, como e quanto produzir) encontra-se não só fora do setor, mas fora do país.

A perda de autonomia é mais flagrante nos chamados complexos agro-industriais, onde a integração produtiva, em suas várias formas, implica uma subordinação cada vez maior dos produtores rurais às determinações das empresas transformadoras. Estas formas de subordinação vêm-se tornando comuns na produção de frangos (Sadia, etc), de suínos, de fumo, de tomate, de laranja, etc.

De modo geral, os produtores encontram-se no meio de uma "tesoura de preços", como diz Guimarães. De um lado os preços impostos pelas empresas fornecedoras de implementos e outros insumos agrícolas, do outro os estipulados pelas firmas consumidoras e transformadoras de produtos agrícolas. Desta forma há uma clara transferência de renda da agricultura para a indústria e, na medida em que esta é dominada pelo capital estrangeiro, para o exterior.

Um outro ponto que merece análise é o da chamada reversão tecnológica na agricultura, ou seja, o recuo na utilização de técnicas modernas na agricultura. Trata-se de uma questão bastante confusa, polêmica e contraditória, mas há alguns dados e algumas conclusões que devem ser consideradas.

A mencionada subordinação da agricultura reflete-se na sua rentabilidade. Regra geral, o lucro da agricultura é menor que o lucro industrial. E, como se acaba de ver, este lucro ainda é mais diminuído pela transferência de uma parte do excedente econômico gerado pela agricultura para a indústria, por meio do mecanismo dos preços relativos. Desta forma, o próprio capital (na sua modalidade industrial) compromete a expansão capitalista no campo; e este é um primeiro aspecto da contradição.

Pode parecer que os subsídios e créditos oficiais concedidos à agricultura sejam uma forma de reequilibrar esta situação. No entanto, como se viu, a maior parte destes financiamentos destinam-se à aquisição de insumos produzidos pela indústria. De modo que, embora constituindo formas de estímulo à transformação capitalista do setor agrícola, estes créditos e subsídios parecem ter uma finalidade e um significado mais profundos. Ou seja, o Governo paga para que a agricultura ajude a indústria. E este é outro aspecto da contradição.

Por outro lado, a perda de lucratividade não parece ser uma característica exclusiva da agricultura brasileira. Dados da própria FAO mostram que, na maioria dos países capitalistas, a produtividade por hectare é maior nos pequenos e médios estabelecimentos do que nos grandes, embora estes disponham de recursos de capital muito superiores e infra-estrutura tecnológica bem mais sofisticada. No Brasil os dados ainda são escassos e confusos. No entanto vários autores têm chegado a conclusões parecidas, verificando-se que vários produtos apresentam custos menores em propriedades capitalisticamente menos evoluídas, ou seja, onde a moderna tecnologia capitalista ain-

da não penetrou. Estas mesmas conclusões são corroboradas por declarações de produtores, estampadas em artigos de revistas e jornais. Finalmente o uso da tração animal, retomado com certo vigor em países adiantados e proposto no Brasil por órgãos oficiais de pesquisa agropecuária (ex: EMBRAPA) parece confirmar o fenômeno da reversão tecnológica.

Seja qual for a explicação mais correta do fenômeno, o que se evidencia claramente é que o processo de acumulação capitalista é todo ele contraditório, já que o próprio capitalismo é, em sua essência, "um emaranhado de contradições". No entanto o que mais dói é que ainda são os não-capitalistas os que pagam o maior preço por estes erros e contradições.

Tudo isto nos leva à consideração do efeito mais negativo de todos os causados pelo processo de desenvolvimento capitalista no campo: a miséria do trabalhador. Esta, mais que um efeito isolado, é de fato uma somatória de efeitos, a resultante geral de todo o processo de exploração sobre o qual se sustenta o capitalismo, no campo.

A situação atual do trabalhador rural, arrastado para o fundo da escala social neste país, é a prova mais definitiva da falácia e da "mã consciência" contida nas propostas de modernização, como pretensas formas de elevar a renda agrícola e, por tabela, o padrão de vida da população rural.

O que se vê, mesmo nas regiões de agricultura "mais avançada" é exatamente o contrário: embora se modifiquem a composição e o uso da mão-de-obra, as condições de vida do trabalhador não melhoram. Ao tornar-se volante ou "bóia-fria", seus salários podem ter subido, mas o seu padrão de vida piorou. Por quê? Uma parte da resposta, que explica esta aparente contradição, é a seguinte: o salário melhorado não compensou uma série de vantagens indiretas que o trabalhador tinha antes (moradia, "roças de subsistência", etc).

Além disso o progresso técnico trouxe consigo a descontinuidade dos períodos de trabalho, a chamada sazonalidade: num período do ano há trabalho demais, no outro há pouco ou talvez nenhum. Esta sazonalidade é agravada pelas especificidades técnicas e pela localização das zonas produtoras, próprias de cada monocultura. Assim o trabalhador nem sempre é capaz de executar com igual habilidade as diversas tarefas ou se deslocar para os vários locais onde existe serviço. O trabalhador então só tem trabalho realmente garantido durante uma parte do ano. Em média, os dias trabalhados não superam os 150 dias/ano.

Um outro problema provém da forma de pagamento: o capitalista prefere pagar por tarefa, em vez de pagar por período (dia, semana, mês). Para tentar aumentar o salário, o "bóia-fria" trabalha exaustivamente, envolvendo frequentemente em tarefas brutais a mulher e os próprios filhos. O aumento assim conseguido é portanto muito mais aparente e ilusório do que ele pode perceber!

A deterioração do nível de vida do trabalhador evidencia-se de forma mais clara exatamente naquelas áreas onde o progresso técnico parece ter alcançado o seu apogeu. Um estudo feito por pesquisadores da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto é extremamente esclarecedor. A pesquisa mostrou que nesta região, considerada a de agricultura mais próspera do Estado de São Paulo, as condições de vida do trabalhador volante são estupefacentes. O "bóia-fria" alimenta-se muito mal, consumindo apenas 52 g de proteína por dia, o que resulta num déficit de aproximadamente 800 calorias/dia, em média. O estudo mostra também que o "bóia-fria" é pouco desenvolvido física e intelectualmente, mora em condições de marginalização social na periferia da cidade, vive em condições precárias de moradia e saneamento. Levanta-se cedo (entre 4 e 5 horas da manhã), ingere álcool como forma de energia, é transportado em caminhões mal adaptados, não tem contrato de trabalho regular, não dispõe de assistência médica. A sua sobrevivência é um absurdo, ou, como ele mesmo diz, um "milagre". Em média, seus filhos têm 15 kg e 13 cm a menos do que os filhos dos "ricos".

É importante que se note que o quadro apresentado não é o do trabalhador rural do Vale do Jequitinhonha ou do Sertão Nordestino. Aliás, como vários autores já têm salientado, não é no sertão que as pessoas comem pior, como geralmente se pensa, mas sim no litoral do Nordeste, onde as terras férteis da "mata" original foram ocupadas pela monocultura canavieira.

De onde se conclui que a miséria, a desnutrição e as péssimas condições de vida não são o resultado "natural" do atraso, da indolência ou do isolamento do trabalhador rural em relação às técnicas e modos de vida "modernos", como querem fazer crer determinados "estudos geográficos". A análise feita mostra evidências que levam a conclusões bem diferentes. O trabalhador rural tradicional, não integrado à economia capitalista, leva uma vida simples, frugal, sem maiores confortos, mas que corresponde, no essencial, às suas necessidades básicas, fí

sicas e espirituais. A miséria, a fome, a desnutrição, as condições alienantes de trabalho são portanto consequências diretas - embora não necessárias talvez - do processo de modernização capitalista do campo. Por isso não há como identificar ou confundir modernização com desenvolvimento.

A expansão do capitalismo no campo não resultou em bem-estar ou melhoria do padrão de vida da população rural. Embora muitos não o percebam, o principal resultado da modernização da agricultura, consequência do avanço do capitalismo no campo, foi "produzir" a riqueza de uns poucos à custa da miséria de muitos. Da forma como vem sendo feita, a modernização agrícola é drasticamente excludente. A modernização "expandiu a fome". como diz Galeano.

BIBLIOGRAFIA

- (1) Andrade, M. C. "Agricultura e Capitalismo", São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- (2) Araújo, Braz, José de (Coordenador) - "Reflexões sobre a agricultura brasileira", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- (3) Dumont, R.J. - "O Crescimento da Fome", Portugal, Vega, 1977.
- (4) Fedoseev, Piotr. "Filosofia, Concepção do Mundo, Ciências", in Revista Internacional. Edições Avante.
- (5) Galeano, E. - "As veias abertas da América Latina". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- (6) Gonçalves, C.W.Porto - "Paixão da Terra". Rio de Janeiro, Rocco/Socil. 1976.
- (7) Graziano Neto, F. - "Questão Agrária e Ecologia". São Paulo, Brasiliense, 1982.
- (8) Graziano da Silva, J. - "O que é Questão Agrária". São Paulo, Brasiliense, 1980.
- (9) Guimarães, A.P. - "A Cia Agrária". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- (10) Konder, Leandro - "O que é Dialética". São Paulo, Brasiliense, 1981.
- (11) Konstantinov, F.V. - "A Filosofia Burguesa Contemporânea", in Os Fundamentos da Filosofia Marxista-Leninista. Portugal, Novo Curso, 1977.

- (12) Marx, K. - "O Capital".
- (13) Marx, K. e F. Engels - "A ideologia em geral (A ideologia alemã)", in Homem e Sociedade, (Coord. F.H. Cardoso), São Paulo, C. Ed. Nacional, 1973.
- (14) Meadows, D.H. et alii - "The limit of Growth", N. York, Universe Books, 1972.
- (15) Mesardovic, Mihadjo D. e Pestel. Eduard - "Mankind of Turning Point", N. York, E.P. Dotton, 1974.
- (16) Piaget, Jean - "Sabedoria e Ilusões da Filosofia" - Coleção Os Pensadores. São Paulo. Abril Cultu - ral, 1983.
- (17) Pinsk, Jaime (organizador) - "Capital e Trabalho no Cam - po", São Paulo, Hucitec, 1979.
- (18) Ribeiro, Darcy - "O Processo Civilizatório", Petrópolis, Vozes, 1974.
- (19) Santos, Milton - "Espaço e Sociedade", Petrópolis, Vozes, 1979.
- (20) Varsavsky, Oscar - "Por uma política científica nacional", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

